

International Colloquium

25-26 June 2026
Faculty of Economics,
University of Coimbra



ces.uc.pt/eventos/sex-laws

COVER OF "SexLaws" by BECK | artwork by Eye and Beck Hansen

SexLaws:

f(r)ames and f(r)ictions
in cultural legal studies

Programme

25 June 2026

9h30 – 10h

Keynes Room

Opening Session

José Manuel Mendes (Director of FEUC)
Centre for Social Studies representative
Organising Committee representative

10h – 11h

Keynes Room

Presentation of the project LAWCUS

Ana Oliveira (CES)
Tiago Ribeiro (CES / ESECS-IPL)

11h – 11h30

Break

11h30 – 13h

Keynes Room

Plenary Session "Inscribing the Witch"

Ian Ward (Newcastle Law School)
Discussant: **Joana Aguiar e Silva** (EDUM / JusGov)
Chair: **Madalena Duarte** (CES / FEUC)

13h – 14h30

Lunch Break

14h30 – 16h30

Keynes Room

Panel "Law as..."

Law as power, **Silvia Rodríguez Maeso** (CES)
Law as knowledge, **Giovanni Damele** (NOVA FCSH / ifilnova)
Law as aesthetics, **Brisa Paim Duarte** (FDUC / UCILeR)
Law as trauma, **Luis Meneses do Vale** (FDUC / UCILeR)
Chair: **Tiago Ribeiro** (CES / ESECS-IPL)

16h30 – 17h

Break

17h – 19h

Various rooms

Parallel Sessions: Block 1

19h – 21h30

The Living Room

Social Event

26 June 2026

9h30 – 11h

Various rooms

Parallel Sessions: Block 2

11h – 11h30

Break

11h30 – 13h

Keynes Room

Plenary Session "Dreams, Authoritarianism, Sex"

Elena Loizidou (Birkbeck Law School)

Discussant: **Luís Meneses do Vale** (FDUC / UCILeR)

Chair: **Claudino Ferreira** (CES / FEUC)

13h – 14h30

Lunch Break

14h30 – 16h30

Keynes Room

Panel "Sex as..."

Sex as procreation, **Tiago Ribeiro** (CES / ESECS-IPL)

Sex as identity, **Ana Maria Brandão** (ICS / CICS.NOVA.UMinho)

Sex as fantasy, **José Riço Direitinho** (Público / Ler)

Sex as violence, **Cláudia Cruz Santos** (FDUC / UCILeR)

Chair: **Ana Oliveira** (CES)

16h30 – 17h

Break

17h – 19h

Keynes Room

Round table "Institutional governance as sexual jurisdiction: the codes of conduct"*

Panellists: **Inês Ferreira Leite** (FDUL / IDPCC)

João Pena dos Reis (Deputy Prosecutor General, retired)

Mafalda Miranda Barbosa (FDUC / UCILeR)

Pedro Caeiro (FDUC / UCILeR)

Co-chairs: **Ana Oliveira** (CES) & **Tiago Ribeiro** (CES / ESECS-IPL)

* The session will be held in Portuguese.

19h – 19h30

Theatre company Marionet

Closing session

Parallel Sessions: Block 1

Session #1

Room 2.1

Pudor e Contrato | Modesty and Contract*

Chair: **Elisa Lopes da Silva** (IHC – NOVA FCSH / IN2PAST)

Pudicícia e Promiscuidade: As Mulheres no Portugal de Trezentos

Nuno Alexandre Ribeiro (FLUC)

A construção jurídica do corpo feminino na prostituição portuense oitocentista

Duarte Camões (FLUP)

'Never ask a woman for cash outright, only prostituted men do that': Gendered Morality and Transactional Intimacy in Socialist Yugoslavia

Anita Buhin (IHC – NOVA FCSH / IN2PAST)

O adultério no Código Civil de 1867 – A diferente construção dos deveres sexuais dos cônjuges

Miriam Afonso Brigas (FDUL / IDPCC)

Session #2

Room 4.1

Sexo e Cidade | Sex and the City*

Chair: **Andrea Peniche** (A Coletiva)

Interseccionalidade e Cidade: O (não) direito à cidade das mulheres negras em Salvador

Gabriela Santiago Xavier (UFBA)

Hegemonia, Direito e Reconhecimento: Demandas LGBTQIA+ na Reforma Agrária Brasileira

Nilson Florentino Júnior (UnB) & **Paulo Gracino de Souza Júnior** (UnB)

Uma ficção sexohabitacional, e ou o direito?

André Luis Carrilho Nucci (UFBA / UL)

Session #3

Room 4.2

Reasoning and Mobilisation | Argumentação e Mobilização

Chair: **José Borges Reis** (UC)

The Gestalt of Exclusion: Triadic Legitimacy in the Eugenic Records of the American West

Kochav Koren (Duq)

Scientific Argumentation in Parliamentary Debates on Voluntary Interruption of Pregnancy in Portugal

Alice Nogueira Nunes (NOVA FCSH)

Sex, Gender, and the Law: Conceptual and Methodological Tensions in Researching Anti-Gender Mobilisations

Ian Puis Farrés (URL)

* The session includes papers presented in Portuguese.

Parallel Sessions: Block 2

Session #4

Room 3.1

Care and Control | Cuidado e Controlo

Chair: Elisa Lopes da Silva (IHC – NOVA FCSH / IN2PAST)

The 'bad mother' as a sexualised legal figure in child welfare proceedings

Madalena Cid Teles (FEUC / CES)

Care, the forgotten debate in latinamerican social law

Cristina Muñoz Zeas (FEUC / CES) & **Gabriela Estefania Riera Robles** (CIES-ISCTE)

Session #5

Room 4.4

Pornografia e Representação | Pornography and Representation*

Chair: Vânia Álvares (HCPPS / NOVA FCSH)

A pornografia de vingança: a espiral de desumanização em duas narrativas brasileiras

Natália Lima Ribeiro (University of Hamburg)

Estudo de Caso: História do Ativismo Sexual e

Contemporaneidade com as Criadoras de Conteúdo em Portugal

Beatriz Pontes dos Santos Mello (FPCEUC), **Sabrina Brezolin Pedros** (UC)
& **Maria Jorge Santos A. Rama Ferro** (UC)

Crimes Cibersexuais: Proposta de Tipologia e Análise no Direito Penal Português

Rui Caria (IPL)

Session #6

Amphitheatre 3.2

Vontade e Consentimento | Will and Consent*

Chair: Jorge Silva Santos (FDUL / IDPCC)

Sempre não, sempre sim - formas de consentimento e liberdade sexual na lei portuguesa

António Brito Neves (FDUL / SCJ / IDPCC)

Only yes means yes - but does yes always mean yes? Reflexões sobre o art.166.º do Código Penal e as relações de amor na prisão

Filipa Samões Azevedo (FDUL)

Apocalípticos e Declarados: Biopolítica, Neurodiversidade e Geschlechtswille no Pós-Guerra

Joana Duarte Bernardes (UC)

* The session includes papers presented in Portuguese.

Session #1

Pudor e Contrato | Modesty and Contract*

Pudicícia e Promiscuidade: As Mulheres no Portugal de Trezentos | Modesty and Promiscuity: Women in 14th-Century Portugal

Nuno Alexandre Ribeiro | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Este estudo pretende analisar a posição ambivalente das mulheres do Portugal do século XIV, com particular enfoque na construção e regulação da moralidade sexual feminina. A consolidação de uma ordem social-cristã e patriarcal implicou o controlo do corpo e da sexualidade das mulheres, concebidas simultaneamente como agentes essenciais da reprodução e como potenciais focos de desordem moral. A norma legislativa, os discursos eclesiásticos e as produções literárias contribuíram para a definição de comportamentos legítimos e transgressores, estabelecendo uma hierarquia de género que condicionava profundamente a experiência feminina. Contudo, a análise das fontes revela tensões, ambiguidades e práticas que escapam ao modelo normativo, evidenciando a existência de vivências femininas diversas, nem sempre enquadradas nos ideais impostos. O trabalho assenta na leitura cruzada de fontes jurídicas e literárias, articuladas com uma ampla produção historiográfica nacional e internacional.

Palavras-chave: História Medieval de Portugal; Mulheres; Moralidade sexual feminina.
Keywords: Medieval History of Portugal; Women; Female sexual morality.

* The session includes papers presented in Portuguese.

A construção jurídica do corpo feminino na prostituição portuense oitocentista | The Legal Construction of the Female Body in 19th-century Prostitution in Porto

Duarte Camões | Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A regulação da prostituição no Portugal oitocentista inscreveu-se num quadro jurídico ambivalente que, enquanto reprimia as formas não oficializadas, instituiu um regime de “tolerância” para as mulheres que aceitavam submeter-se à vigilância policial e sanitária. Esta comunicação analisa os mecanismos de governação do corpo feminino a partir do cruzamento entre fontes legislativas, discursos médicos e registos hospitalares, tomando como estudo de caso a cidade do Porto na segunda metade do século XIX.

A investigação articula três eixos documentais: o Regulamento Policial e Sanitário das Meretrizes (1860), que definiu as categorias de “meretriz” e “tolerada”; os Registos de Entrada e Saída de Mulheres do Hospital Geral de Santo António; e os Relatórios de Gerência da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, complementados por literatura médica e jurídica coetânea.

A análise evidencia que a construção jurídica da prostituta como “tolerada” operou através de uma tripla inscrição: espacial, circunscrita a zonas urbanas onde a sua presença era autorizada, ainda que sob permanente vigilância; sanitária, sujeitando o corpo feminino a inspeções periódicas e ao internamento compulsivo em enfermarias específicas do hospital; e identitária, definindo-a como uma categoria legal excecional, distinta tanto da “mulher honesta” como da criminosa, mas permanentemente marcada pela suspeita de contágio moral e venéreo.

A comunicação propõe, assim, uma leitura das “sex laws” oitocentistas como dispositivos de produção de subjetividades jurídicas marcadas pelo paradoxo entre inclusão (pela tolerância regulada) e exclusão (pela estigmatização médica e policial). O arquivo hospitalar e legislativo permite questionar como o direito mobilizou categorias como “meretriz”, “tolerada” ou “mulher com guia” para fixar um estatuto ambíguo, situado entre a proteção social e o policiamento do corpo, revelando a articulação entre a razão jurídica, o saber médico e as práticas administrativas na governação do sexo comercial.

Palavras-chave: Prostituição; Policiamento do corpo; Regulação jurídica.

Keywords: Prostitution; Body policing; Legal regulation.

"Never ask a woman for cash outright, only prostituted men do that": Gendered Morality and Transactional Intimacy in Socialist Yugoslavia

Anita Buhin | Instituto de História Contemporânea (IHC),
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade
Nova de Lisboa / IN2PAST

The paper examines a specific group of young men on the Yugoslav Adriatic who formed intimate relationships with foreign female tourists during the summer season in exchange for gifts or other forms of material support. These men operated within the broader phenomenon of so-called *galebovi* ("seagulls"), a term used for local youths who socialised with foreign female tourists, only some of whom engaged in materially motivated relationships. Focusing on the 1960s-1980s, it approaches these practices through the lens of legal ambiguity and gendered moral double standards, asking how such practices were interpreted, classified, and contested in a system where sex work was formally illegal. Drawing on press sources, it analyses how these encounters were publicly narrated and socially legitimised despite their proximity to transactional intimacy.

The paper argues that while similar practices involving women would have been more readily recognised and condemned as sex work, male participation in comparable exchanges was framed more leniently, often as flirtation, romance, or even a form of informal tourist labour. This asymmetry reveals a gendered moral economy in which material gain, gifts, and mobility could be incorporated into acceptable narratives of masculinity, provided they were mediated through seduction, charm, and emotional performance rather than explicit payment. By contrast, when such practices involved men seeking male partners, they were far more readily and explicitly labelled as "prostitution", exposing the narrow, heteronormative conditions under which this tolerance operated.

Situating Yugoslavia within a broader Mediterranean context and scholarship on romance and sex tourism, the paper highlights how such encounters were not clearly defined in moral or legal terms, but instead ambiguously positioned between acceptable romance and condemnable sex work. It shows that these distinctions were not stable but produced through gendered moral judgements and media representations, revealing how similar practices could be framed differently depending on who performed them and under what conditions. Rather than offering a fixed definition, it invites further discussion on how such practices should be understood within shifting moral and social frameworks.

Keywords: Gendered morality; Transactional intimacy.

O adultério no Código Civil de 1867 – A diferente construção dos deveres sexuais dos cônjuges | Adultery in the Civil Code of 1867 – The Differing Interpretation of Spouses' Sexual Duties

Miriam Afonso Brigas | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais

Pretende-se, nesta proposta de comunicação, analisar como o Código civil de 1867 abordou o regime jurídico dos deveres conjugais na estrutura familiar, atendendo à diferenciação estabelecida em termos de direitos e de deveres entre o homem e a mulher como sujeitos jurídicos. A construção do regime jurídico de separação entre os cônjuges, ocorrendo adultério, demonstra como o não cumprimento do dever de fidelidade sexual era especialmente sancionada quando o sujeito infrator era a mulher. O favorecimento da situação jurídica do homem adúltero em caso de separação será objeto de especial atenção. Procura-se sustentar a apresentação no respetivo apoio dogmático e jurisprudencial.

Palavras-chave: Separação; Dever; Sexo; Adultério.

Keywords: Separation; Duty; Sex; Adultery.

Interseccionalidade e Cidade: o (não) direito à cidade das mulheres negras em Salvador | Intersectionality and the City: Black Women's (lack of) Right to the City in Salvador

Gabriela Santiago Xavier | Universidade Federal da Bahia - UFBA

O presente trabalho se propõe a falar sobre os corpos das mulheres negras que habitam e ocupam a cidade de Salvador. Falar sobre as mulheres negras na cidade é uma premissa importante quando se discute o que é cidade e para quem ela é feita, produzida e pensada. Historicamente marginalizados, subjugados e sexualizados, esses corpos enfrentam no espaço público uma insegurança que atua como ferramenta de “domesticação” e tentativa de exclusão do convívio social. Estar nas ruas de Salvador além de ser uma forma dessas mulheres tirarem seu sustento, também é uma forma de resistência. Ter seus corpos constantemente evidentes às ruas expõe o “não direito à cidade” diante de uma ficção de amparo jurídico contra o assédio e a violência. Estar, viver, habitar e ocupar a cidade não implica dizer que essas mulheres têm direito à cidade, pelo contrário, dessa forma a análise investiga as paisagens “extra-jurídicas” do cotidiano urbano de Salvador, onde a negligência no planejamento e a ausência de proteção eficaz transformam o deslocamento em uma constante negociação de riscos. As mulheres negras sempre estiveram nas ruas como escravas, quitandeiras e, atualmente, como ambulantes, domésticas, diaristas, dentre outros, e a cidade de Salvador não foi construída e pensada para elas. De modo geral, as mulheres negras ocupam e resistem na cidade desde muito antes das discussões de gênero e raça e ainda assim sua presença ainda é pouco vista, pouco discutida e pouco problematizada pelas estruturas de poder. Existe uma necessidade de entender como essas mulheres negras produzem o espaço, utilizam e se apropriam de Salvador, desafiando uma cidade pensada sob distinções de gênero e raça que nega o direito básico de ir e vir, mas na qual a existência dessas mulheres se afirma como um ato político de ocupação e luta.

Palavras-chave: Mobilidade; Assédio; Direito à cidade.

Keywords: Mobility; Harassment; Right to the city.

* The session includes papers presented in Portuguese.

Hegemonia, Direito e Reconhecimento: Demandas LGBTQIA+ na Reforma Agrária Brasileira | Hegemony, Law and Recognition: LGBTQIA+ Demands in Brazilian Agrarian Reform

Nilson Florentino Júnior | Secretaria Nacional de Juventude
/ Universidade de Brasília

Paulo Gracino de Souza Junior | Universidade de Brasília

Este trabalho analisa a articulação entre direito, política e produção de sentidos sociais na construção – ou desarticulação – das demandas LGBTQIA+ no campo da reforma agrária brasileira entre 2016 e 2025. Partindo da Teoria do Discurso e da Hegemonia, examina-se como diferentes configurações hegemônicas no Estado moldam as possibilidades de reconhecimento jurídico, institucional e simbólico dessas demandas, tensionando os limites entre universalidade e particularidade no direito.

A pesquisa mobiliza análise documental de políticas públicas, normativas estatais e produções de movimentos sociais, articulando-as à noção de Estruturas de Oportunidades Políticas. Argumenta-se que o direito não opera como instância neutra, mas como campo atravessado por disputas éticas, políticas e estéticas, nas quais determinadas formas de vida são reconhecidas, invisibilizadas ou enquadradas como desvios. Nesse sentido, a incorporação (ou exclusão) de famílias homoafetivas na reforma agrária – como evidenciado em normativas como a Portaria nº 06 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – revela os limites da universalização jurídica diante de regimes discursivos excludentes.

Ao dialogar com experiências empíricas de famílias homoafetivas assentadas e com a atuação de movimentos como o MST, o trabalho evidencia que a luta por reconhecimento envolve não apenas a dimensão legal, mas também disputas éticas (legitimidade das identidades), estéticas (visibilidade e representação) e científicas (produção de saberes sobre o rural e a sexualidade). Sustenta-se que a articulação entre essas dimensões é central para compreender a produção de direitos em contextos de polarização política.

Conclui-se que a formação de cadeias de equivalência entre reforma agrária e direitos LGBTQIA+ depende tanto de reconfigurações hegemônicas quanto da capacidade dos atores sociais de disputar os regimes de verdade que estruturam o direito e a política, revelando as tensões entre inclusão formal e reconhecimento substantivo no Estado brasileiro.

Palavras-chave: Reforma agrária; Hegemonia; Direitos LGBTQIA+; Estrutura de oportunidades políticas. *Keywords: Land reform; Hegemony; LGBTQIA+ rights; Political opportunity structure.*

Uma ficção sexohabitacional, e ou o direito? | A Sex-housing Fiction, and or the Law?

André Luis Carrilho Nucci | Universidade Federal da Bahia
/ Universidade de Lisboa

A proposta deste trabalho é um relato de autoficção da experiência de intercâmbio como parte do meu doutorado, o objetivo é constituir-se casa em outro país. É também uma prática de sexualidade, auto-imagem e virtualidade, onde eu sou a minha casa, mas também sou uma bixa pesquisando, fazendo isso com o próprio corpo, se expondo em plataformas digitais, para subsidiar minha moradia e (re) existir como um corpo autista, LGBTI+ estrangeiro. Uma leitura muito marcante na minha formação acadêmica foi o ensaio de um crítico e historiador brasileiro Antônio Cândido, intitulado de *O direito à literatura*, nele se propõe reflexões acerca dos direitos humanos e convoca-se a pensar sobre a relação ordinária da cultura, assim como defendeu em entrevista Gilberto Gil quando Ministro da Cultura, além de artista, imortal da academia brasileira de letras, para os dois ela está na ordem das nossas necessidades mais básicas, no caso em específico a ficção, o texto me é muito caro também por à igualar a um direito que me atravessa profundamente, o da moradia, não só da propriedade, não isso, embora seja parte do que entendo sobre este direito, mas que é sobretudo, a de se sentir em casa, e entendê-la como extensão de nós mesmos, indissociáveis. O método aqui incorpora a fabulação enquanto também organiza os dados de que as plataformas digitais têm sido mediadoras das nossas vidas, sequestrando nossos direitos e garantias. A fase do capitalismo no neoliberalismo tem feito uso de tecnologias digitais não ampliando conexões e assegurando melhores condições no viver, mas sim lucrando com cada uma das nossas necessidades. O processo de financeirização tem nos levado a perder a noção do que se pode viver e do que estamos sendo obrigados a editar da nossa imagem para caber nas redes sociais, e nas plataformas de monetização. Se eu quiser ter uma casa que possa gravar conteúdos sexuais e viver nela, receber amigos, como qualquer um, terei dificuldades já que cada vez mais elas têm complexificado nossas liberdades, sejam para compartilhamento das imagens, ainda que quase sempre esses ambientes sejam demasiadamente genéricos, como também limitações em receber visitas, quanto mais para fazer *colabs* e gravações de conteúdo erótico/adulto/+18. Em particular para este exercício, eu vim à Lisboa passar um período entendendo como essas relações entre plataforma, moradia e cidade estão se estabelecendo por aqui, como elas se diferem do Brasil e quais novas perguntas estão a surgir.

Palavras-chave: Autoficção; Gênero e Sexualidade; Habitação.

Keywords: Autofiction; Gender and Sexuality; Housing.

The Gestalt of Exclusion: Triadic Legitimacy in the Eugenic Records of the American West

Kochav Koren | Duquesne University

I propose that the legal status of sex in the American West in the early 20th century can be understood as a triadic organization of experience, in which recognition, care, and alignment render reproductive violence socially plausible, shifting sex from the sphere of intimacy to the realm of public policy and the institutional management of the body. Examining sterilization policies alongside earlier legal frameworks, I show how law, science, and morality converge in the production of the gendered body. This trajectory begins with statutes such as the Morrill Anti-Bigamy Act and the Edmunds-Tucker Act, which established monogamous legitimacy against the presumed “barbarism” of the Intermountain West, and is crystallized in *Reynolds v. United States*, where the regulation of practice was distinguished from belief. By the 1920s, this legal rationality had shifted from policing acts such as illicit cohabitation to regulating biological existence through sterilization. I conceptualize legitimacy as a rhythmic triad. First, recognition denotes the conditions under which subjects appear within systems of relevance (Schutz, 1967). In eugenic discourse, recognition is distorted into typification: individuals are rendered as “feeble-minded” or “unfit”, as evidenced in institutional records (Stern, 2015; Lombardo, 2008). Second, care functions as a justificatory veil, translating coercion into protection. Sterilization – affecting approximately 20,000 Californians – was framed as socially necessary and even humane (Stern, 2015; Schoen, 2005). Third, alignment captures the perceived coherence between institutional norms and lived experience. In Utah, eugenic reasoning intersected with theological notions of lineage, where categories such as “seed” and “blood” structured both religious belonging and reproductive control (Petrey, 2020). Through this triadic framework, I map the contour lines of relevance (Schutz, 1964) to demonstrate how law organizes the body at the intersection of symbolic order and lived reality.

Keywords: eugenics; legal recognition; reproductive governance.

A argumentação de natureza científica na discussão parlamentar sobre a interrupção voluntária da gravidez em Portugal | Scientific Argumentation in Parliamentary Debates on Voluntary Interruption of Pregnancy in Portugal

Alice Nogueira Nunes | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

A ciência caracteriza-se pela sua autonomia perante agentes externos, contextos ou estruturas de autoridade: o método científico, que a valida, é-lhe intrínseco e a sua “verdade” existe independentemente de quem a constrói. No entanto, quando a ciência sai dos laboratórios e entra na esfera pública, a sua mediação ignora, muitas vezes, a “pureza” que a caracteriza e adapta-se aos objetivos discursivos e persuasivos de quem a comunica. É, por isso, fundamental uma reflexão, não só sobre como é feita a comunicação de ciência, mas também sobre os seus agentes, responsáveis pela mediação de conhecimentos científicos para diferentes públicos. Entre cientistas, especialistas, jornalistas científicos e comunicadores de ciência especializados, também os políticos têm um papel ativo na divulgação da ciência, na maior parte das vezes de forma indireta e não propositada, ao legislarem sobre aspetos científicos ou ao recorrerem a argumentos de natureza científica para justificarem os seus posicionamentos ideológicos, nomeadamente na discussão parlamentar.

Assim, com o objetivo de compreender se existe um viés, por parte dos grupos parlamentares, na seleção de argumentos de natureza científica que sustentam as suas posições políticas, nesta investigação debruçamo-nos sobre a forma como a ciência é utilizada na discussão parlamentar, tendo como estudo de caso a interrupção voluntária da gravidez (IVG) em Portugal nas duas legislaturas em que ocorreram os referendos sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, vulgo aborto voluntário, (VII e X Legislaturas) e na legislatura iniciada a 10 de Março de 2024 (XVI Legislatura).

Os dados recolhidos demonstram que existe uma utilização abusiva da ciência enquanto prescritiva para justificar posições que são apenas éticas e morais. Em simultâneo, verifica-se um viés de confirmação na escolha de argumentos de natureza científica a serem apresentados tanto pelos partidos contra como a favor da descriminalização e do alargamento do prazo no qual se pode realizar um aborto. Por fim, na escolha das fontes e referências utilizadas, há também uma tendência para optar por relatórios e posicionamentos que vão ao encontro das posições ideológicas, éticas e morais dos grupos parlamentares, em prol de outras que vão contra essas mesmas posições, assim como para a adaptação e seleção, dentro das mesmas fontes, dos dados que melhor servem a argumentação de cada deputado.

Palavras-chave: Aborto voluntário; Parlamento; Divulgação científica.

Keywords: Voluntary abortion; Parliament; Science communication.

Sex, Gender, and the Law: Conceptual and Methodological Tensions in Researching Anti-Gender Mobilisations

Ian Puis Farrés | Blanquerna School of Communication and International Relations, Ramon Llull University (URL)

Over the past decade, anti-gender campaigns contesting gender equality and LGBTQI+ rights have expanded across multiple levels, from domestic politics to international institutions. While early scholarship largely analysed these campaigns as reactive social mobilisations organised around opposition to “gender ideology”, recent developments point to the growing importance of highly professionalised actors engaging in legal mobilisation and strategic litigation. However, their particular organisational evolution remains insufficiently examined.

Grounded in ongoing research on the organisational trajectories of transnationalisation of three such actors – the European Centre for Law and Justice (ECLJ), the Polish legal think tank *Ordo Iuris*, and the French movement *La Manif pour Tous* (now *Le Syndicat de la Famille*) – this paper proposes a conceptual and methodological reflection on the challenges raised by a historicising perspective on anti-gender politics. On the one hand, their organisational trajectories highlight the long-standing entanglement between sexual and legal reasoning: from the intellectual legacy of Plínio Corrêa de Oliveira and Tradition, Family and Property, which informs actors such as *Ordo Iuris*, to the involvement of the American Centre for Law and Justice (ACLJ) in landmark legal cases in the United States (e.g.: the overturning of *Roe v. Wade*) alongside its transnational expansion as the European Centre for Law and Justice (ECLJ). On the other hand, their limited and selective use of the discourse of “gender ideology” blurs the boundaries between what is deemed anti-gender mobilisation and broader conservative legal approaches to sex. This tension is further complicated by their transnationalisation, which necessarily involves navigating diverse legal and cultural contexts – and thus different configurations of “sex laws”.

In light of this, the paper asks: how can we account for forms of social and political mobilisation that operate across – and unsettle – the very categories of “sex” and “gender” through which they are commonly analysed? And how can we account for the historical evolution and variability of these categories themselves? By foregrounding conceptual and methodological tensions, the paper contributes to dialogue between studies of anti-gender mobilisations, cultural studies, and the sociology of law, calling for renewed attention to the analytical vocabularies used in researching contemporary anti-gender actors.

Keywords: anti-gender; transnational; legal mobilization

The “bad mother” as a Sexualised Legal Figure in Child Welfare Proceedings

Madalena Cid Teles | Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais

The governance of sexual order in law is often approached through explicit invocations of sex as object, identity, or a site of regulation. This communication looks at a figure that operates at the margins of this field yet remains deeply entangled with its normative structures: the “bad mother” in child welfare proceedings.

Drawing on an analysis of child welfare case law in Portuguese courts, the paper examines how maternal (mis)conduct and (un)fitness are constructed in judicial reasoning, with a particular focus on how maternal sexuality – its expression, its scrutiny across intimate and economic relations, and its construction as excess, deficiency, or risk – is evaluated. It argues that the construction of the legal figure of the “bad mother” functions as a regulatory device through which courts define the limits of acceptable motherhood, enabling the justification of state intervention, including the termination of parental rights, by framing certain forms of intimacy, relationships, and domestic life as incompatible with proper care.

By situating the regulation of motherhood within the broader governance of sexual and moral order, this contribution engages directly with debates on “sex laws” as a cultural and normative field. It argues that family law, as applied in child protection cases, should also constitute a critical site where legal meanings of sex, care, and subjectivity are produced and stabilised through judicial practice, and where the boundaries of “proper” sexuality and acceptable motherhood are actively drawn.

Keywords: Sexual normativity; Family law; Child welfare.

Care, the forgotten debate in latinamerican social law

Cristina Muñoz Zeas | Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais

Gabriela Estefania Riera Robles | CIES-ISCTE

Pregnancy constitutes a critical juncture in the working lives of pregnant individuals, exposing them to systemic discrimination, intensified scrutiny, and forms of institutional surveillance that undermine the effective exercise of their right to work. These dynamics reinforce structural conditions of vulnerability experienced on a daily basis.

In countries shaped by Germanic-Roman legal traditions, particularly in Latin America, social law appears increasingly marginal in contemporary debates on care. Despite its formal role as a protective framework – providing legal safeguards and financial support before and after childbirth –, this branch of law is situated at the intersection of competing logics: on the one hand, productive and commercial imperatives, and on the other, evolving political and legal debates within the sphere of public law.

The social ethos of care, and the attribution of responsibility for its provision, are thus mediated by bureaucratic arrangements that produce subsidiary anti-discrimination regulations, while simultaneously privileging the productive capacities associated with non-pregnant bodies. As a result, conflicts arising from motherhood are managed within structurally adverse contexts that reproduce gendered roles and obscure gender and sexual diversity.

This study aims to examine the scope and limitations of care during the maternity period through a qualitative analysis of social protection systems derived from public law in Latin American countries with Germanic-Roman legal systems.

Keywords: Pregnancy; Care funding; Social law.

A pornografia de vingança: a espiral de desumanização em duas narrativas brasileiras | Revenge porn: the spiral of dehumanisation in two Brazilian narratives

Natália Lima Ribeiro | Universität Hamburg

A pornografia de vingança (*revenge porn*) refere-se à divulgação de conteúdos íntimos sem o consentimento de uma das partes, frequentemente como forma de retaliação em contextos de término ou conflito interpessoal. Trata-se de uma prática violenta que mobiliza a exposição do corpo e da intimidade como instrumentos de poder, com o objetivo de intimidar, coagir e humilhar a vítima. Seus efeitos ultrapassam o momento da divulgação, gerando profundas consequências psicológicas, sociais e simbólicas, como a perda de autonomia sobre a própria imagem. A literatura contemporânea tem se mostrado um campo fértil para a problematização dessas questões, ao incorporar narrativas que evidenciam as intersecções entre violência de gênero, tecnologia e controle dos corpos. Obras como *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo (2018), e *Pssica*, de Edyr Augusto (2015), abordam diferentes formas de violência que atravessam tanto o espaço físico quanto o digital, revelando estruturas sociais que perpetuam a opressão, a exploração e a desumanização. Ao tematizarem essas mazelas, tais narrativas contribuem para a reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder na contemporaneidade e suas consequências na experiência individual e coletiva. Na esteira desse pensamento, o trabalho proposto analisa como esse tipo de pornografia engendra a desumanização nas obras literárias citadas. Em *Mulheres empilhadas*, Bia, uma advogada de São Paulo, é exposta pelo seu ex-namorado e decide ir para o Acre, a partir de uma demanda de emprego, explorar as diversas violências contra mulheres experienciadas naqueles locais remotos. Já em *Pssica*, Jane, uma adolescente, tem um vídeo seu vazado pelo namorado para todos os amigos e familiares em uma região ribeirinha de Belém. Após ser exposta, seu enredo na trama segue da expulsão de casa ao tráfico humano na região do Marajó e da Guiana Francesa. Apesar de termos duas personagens de contextos sociais e geográficos totalmente distintos, as consequências da pornografia de vingança ensejam há um enredo de desumanização. Para o intento dessa pesquisa, a abordagem proposta busca congrega os textos de Markus Klaus Schäffauer (2024 & 2025) sobre a pornografia e a *violentografia*

* The session includes papers presented in Portuguese.

como gêneros literários. Ademais, o conceito de vida nua e *homo sacer* de Giorgio Agamben (2004), os quais apoiam a tese das vidas desqualificadas que essas mulheres performam nas narrativas a partir da exposição criminosa que são impostas as personagens.

Palavras-chave: Violência; Pornografia; Literatura brasileira.

Keywords: Violence; Pornography; Brazilian literature.

Estudo de Caso: História do Ativismo Sexual e Contemporaneidade com as Criadoras de Conteúdo em Portugal | Case Study: The History of Sexual Activism and its Relevance to Contemporary Content Creators in Portugal

Beatriz Pontes dos Santos Mello | Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Sabrina Brezolin Pedroso | Universidade de Coimbra

Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro | Universidade de Coimbra

O ativismo pela liberdade sexual é protagonizado por mulheres na atual Era Digital, tendo inclusive um desenvolvimento a partir de contextos vividos na Antiguidade por trabalhadoras do sexo. Percorrendo a história por diferentes modos de expressão criativa e ficcional, desde as cortesãs da Grécia Antiga até as criadoras de conteúdo contemporâneas, é evidente o ideal de cerceamento de seus corpos tendo como premissa os papéis de gênero formulados nas sociedades ocidentais patriarcais. A mercantilização do sexo é, desta forma, uma afronta à normatividade social e uma emancipação individual das construções impostas. Esta contestação simbólica e política visa a desestigmatização do trabalho sexual, assim como a reivindicação de direitos. Neste contexto, as plataformas digitais e aplicativos de redes sociais surgem simultaneamente como espaço de vulnerabilidade e de empoderamento na luta pelo reconhecimento desta atividade. Assim, tem-se como objetivo analisar de que forma o ativismo de criadoras de conteúdo em Portugal influencia a experiência subjetiva e profissional, especificamente o impacto psicossocial e a construção de identidade. Visa-se identificar práticas individuais e coletivas que promovam o bem-estar. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório no qual aprofunda-se um caso selecionado por conveniência, não obstante a tentativa de extensão amostral. A recolha de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, sendo apreciados por meio de análise temática que possibilita identificar padrões de significado no discurso. Alinhados à bibliografia,

evidenciam-se fatores negativos para a saúde mental no cotidiano. Compreende-se que a perspectiva de valorização do corpo feminino e a imposição de limites são potencializantes individuais, encontradas também nas referências. É comum com a literatura, o sentimento de pertencimento, a resignificação do estigma internalizado e a concretização da dignidade laboral citados como consequências de uma homossociabilidade. Em âmbito digital, é possível aproximar as profissionais e promover espaços de discussão, sendo apontado a republicação dentre elas dos conteúdos em que se autoidentificam. Portanto, confere-se o poder da invocação sexual para transformação social e política de modo a reduzir as violências vivenciadas e promover a autodeterminação. Os achados, apesar de não-generalizáveis, refletem as exigências sobre esta população que demandam intervenções efetivas e sensibilizadas às necessidades.

Palavras-chave: Ativismo; Trabalho Sexual; Plataformização.

Keywords: Activism; Sex work; Platformisation.

Crimes Cibersexuais: Proposta de Tipologia e Análise no Direito Penal Português | Cybersexual Crimes: Proposal for a Typology and Analysis in Portuguese Criminal Law

Rui Caria | Instituto Politécnico de Leiria

A digitalização das relações humanas trouxe consigo novas formas de violência sexual, mediadas pela tecnologia e potenciadas pelas características específicas do ambiente digital – anonimato, escalabilidade do dano, permanência e transnacionalidade. O direito penal, concebido num paradigma analógico, revela dificuldades crescentes em responder de forma sistemática e coerente a estas condutas.

O presente artigo propõe uma tipologia dos crimes cibersexuais organizada em quatro categorias, construídas com base na natureza da conduta: ciberassédio, correspondente a condutas de assédio sexual *online* sem carácter reiterado; distribuição maliciosa, abrangendo a partilha não consentida de imagens íntimas e *deepfakes*; ciberperseguição, que engloba o *stalking* digital, a vigilância e monitorização online e o assédio reiterado; e ameaça, coação e extorsão, incluindo a *sextorsão* e o controlo coercivo através da ameaça de exposição.

A análise segue uma estrutura deliberada. Em primeiro lugar, examina-se o modo como a Diretiva 2024/1385/UE, relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, conceptualiza e tipifica cada uma destas condutas. Em segundo lugar, confronta-se esse enquadramento com o que o Código Penal

Português atualmente prevê, identificando convergências e lacunas de tutela. Em terceiro lugar, convoca-se o acervo jurisprudencial do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre violência cibernética de género – em particular as decisões *Volodina c. Rússia* (n.º 2), *Buturugă c. Roménia* e *D.M.D. c. Roménia* –, que impõem aos Estados obrigações positivas de criminalização e investigação efetiva destas condutas.

A partir deste triplo enquadramento, o artigo interroga o caminho a seguir: saber se a transposição da Diretiva, cujo prazo expira em maio de 2027 e que Portugal ainda não efetuou, será suficiente para colmatar as lacunas identificadas, ou se o ordenamento jurídico-penal português exige um regime autónomo e sistematizado para os crimes cibersexuais – ponderando os argumentos a favor e contra tal solução.

Palavras-chave: Crimes cibersexuais; Direito Penal; Violência online.

Keywords: Cybersexual crimes; Criminal law; Online violence.

Sempre não, sempre sim – formas de consentimento e liberdade sexual na lei portuguesa | Always no, always yes – Forms of Consent and Sexual Freedom in Portuguese Law

António Brito Neves | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Supremo Tribunal de Justiça / Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais

No conto popular português “Sempre Não” recolhido por Teófilo Braga, um cavaleiro prepara-se para uma jornada e ordena à mulher que, até ao seu regresso, responda “não” a todas as perguntas e pedidos. Chegado entretanto outro cavaleiro de visita, cumprindo à letra as indicações do marido, a mulher responde “não” a tudo o que ele lhe vai perguntando, levando a resultados não antecipados pelo marido. O conto veicula modelos de relação conjugal e de fidelidade, abrindo-se à discussão também sobre se a mulher deu ou não consentimento para a prática de actos sexuais com o visitante. A presente comunicação busca tratar esta questão à luz da lei penal portuguesa, buscando-se apurar se no regime de crimes sexuais como a violação, a coacção sexual ou a importunação sexual se consagra um modelo de consentimento ou de dissentimento (ou seja, se a prática destes crimes se basta com a ausência de concordância por parte da vítima ou se requer que ela se oponha à prática dos actos), como se concretiza a aplicação desse regime ao caso do conto e que conclusões é possível retirar daí para uma valoração do sistema legal actualmente vigente e da efectividade da protecção da liberdade sexual que ele garante.

Palavras-chave: Consentimento; Liberdade sexual.

Keywords: Consent; Sexual freedom.

* The session includes papers presented in Portuguese.

Only yes means yes – but does yes always mean yes? Reflexões sobre o art.166.º do Código Penal e as relações de amor na prisão | Only 'yes' means 'yes' – but does 'yes' always mean 'yes'? Reflections on Article 166 of the Criminal Code and Romantic Relationships in Prison

Filipa Samões Azevedo | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

O direito à liberdade de autodeterminação sexual, enquanto projeção do livre desenvolvimento da personalidade e da vida privada, encontra-se protegido pelo artigo 26.º da Constituição. Conforme dispõe o art.30.º n.º 5 da CRP, a pessoa privada da liberdade mantém a titularidade de todos os direitos fundamentais que não sejam incompatíveis com a reclusão. O crime de abuso sexual de pessoa reclusa, previsto no artigo 166.º do Código Penal, assenta na ideia de que a relação institucional de dependência e subordinação entre funcionário prisional e recluso/a compromete a liberdade de formação da vontade deste/a. A incriminação prescinde, assim, de elementos típicos associados aos crimes sexuais tradicionais de constrangimento ou da prática de ato contra a vontade cognoscível da vítima, partindo da pressuposição de que a prática de atos sexuais em tal contexto constitui, por si só, violação da liberdade sexual da pessoa reclusa. A doutrina dominante tem entendido, contudo, que ficam excluídas da factualidade típica as situações em que a pessoa reclusa inicia ou aceita livremente uma relação amorosa ou sexual com funcionário prisional. A jurisprudência tem afastado a tipicidade por inexistir o elemento subjetivo do “aproveitamento” das funções. Esta investigação questiona criticamente esta solução. Sustenta-se que fazer depender a delimitação do elemento subjetivo típico da demonstração de consentimento da vítima introduz uma incoerência dogmática no próprio fundamento da incriminação, na medida em que se parte precisamente da ideia de que a posição de inferioridade institucional impede a formação de um consentimento plenamente livre e juridicamente relevante. Partindo da evolução contemporânea dos modelos de consentimento sexual, do “no means no” para “only yes means yes” procura-se demonstrar que, no âmbito do artigo 166.º, a manifestação positiva de vontade da pessoa reclusa não afasta necessariamente o preenchimento da factualidade típica. O estudo problematiza se a tutela penal atualmente existente representa uma opção legítima de proteção reforçada da autodeterminação sexual em contexto prisional ou se configura, na verdade, uma forma de paternalismo penal excessivo, ponderando soluções alternativas adotadas noutros ordenamentos jurídicos, designadamente, a deslocação das consequências desta conduta para o domínio disciplinar ou a sua configuração como circunstância agravante.

Palavras-chave: Amor; Prisão; Abuso sexual.

Keywords: Love; Prison; Sexual abuse.

Apocalípticos e Declarados: Biopolítica, Neurodiversidade e Geschlechtswille no Pós-Guerra | Apocalyptic and Declared: Biopolitics, Neurodiversity and Geschlechtswille in the Post-War Era

Joana Duarte Bernardes | Universidade de Coimbra

É nossa pretensão examinar a regulação legal e social da sexualidade na segunda metade do século XX, na intersecção entre biopolítica e neurodiversidade. Partindo de categorias históricas através das quais a subjectividade desviante foi juridicamente constituída – entre elas *autistische Psychopathen*, uma classificação já enredada na selecção eugénica, e o conceito de direito civil de *Schwachsinn* –, pensamos de que modo os sistemas jurídicos de transição neutralizaram a agência sexual não mediante a anulação da vontade do sujeito, mas através da sua supressão jurídica antes mesmo de ser enunciada: a *Geschäftsunfähigkeit* precede e encerra a *Willenserklärung*, sem que esta sequer se inicie. A “vontade” destes sujeitos não foi derrotada; foi, pois, declarada inexistente. Impõe-se, assim, a pergunta: terão os mecanismos de tutela funcionado como instrumentos biopolíticos de normalização, produzindo sujeitos juridicamente invisíveis cujo consentimento não podia ser dado nem recusado? E, se assim for, permanece a exclusão da cidadania sexual uma herança da modernidade jurídica do pós-guerra por resolver?

Palavras-chave: Biopolítica; *Geschäftsunfähigkeit*; Cidadania sexual.

Keywords: Biopolitics; *Geschäftsunfähigkeit*; Sexual citizenship.

The colloquium "Sex Laws: f(r)ames and f(r)ictions in cultural legal studies" is organised within the scope of the project LAWCUS - reference 2023.12608.PEX, funded by national funds through the Portuguese Foundation for Science and Technology (DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.12608.PEX>) - in collaboration with the Democracy, Justice and Human Rights (DemoJUST) Thematic Line of the Centre for Social Studies.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Coiniciado por:

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

UID/50012/2025



UID/PRR/50012/2025



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



FEUC
FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS

FEUC
FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS